DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 5988/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/17916/2014
PROTOCOLO	: 1556861
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL
ORDENADOR DE DESPESA	: RUDINEY DE ARAÚJO LEAL
CARGO DO ORDENADOR	: DIRETOR
TIPO DE PROCESSO	: NOTA DE EMPENHO Nº 0736/2014
PROC. LICITATÓRIO	: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2013
CONTRATADO (A)	: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.
VALOR INICIAL	: R$ 82.677,60
RELATORA	: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. 2ª E 3ª FASES. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

Cuida-se de Nota de Empenho nº 0736/2014, pela modalidade Pregão Eletrônico nº 077/2013, celebrada entre a ***Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul*** e a empresa ***HOSPFAR Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares LTDA***, cujo objeto é a aquisição de medicamentos básicos, com valor contratual no montante de R$ 82.677,60 (oitenta e dois mil seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

Aprecia-se, neste momento, a formalização do Contrato (2ª fase) e a execução financeira (3ª fase).

Em sede de Análise – ANA-6ICE - 2275/2015 (peça 11), a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo constatou que a documentação juntada aos autos encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a

matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, assim, opinando pela legalidade e regularidade das 2ª e 3ª fases.

Encaminhados os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.JAC-5759/2015 (peça 13), opinando pela legalidade e regularidade da formalização do Contrato e da execução financeira, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a legalidade e regularidade da 2ª e 3ª fases da contratação pública.

De fato, no tocante a formalização da Nota de Empenho nº 0736/2014 (2ª fase) e a execução financeira (3ª fase), vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar a **regularidade** e a **legalidade** da formalização da Nota de Empenho nº 0736/2014 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno

do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Declarar a **regularidade** e a **legalidade** da execução financeira **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 03 de setembro de 2015.

Cons. Marisa Serrano
RELATORA

imc